



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo nº: 5.676/2016

Assunto: Rescisão amigável do Contrato nº 14/2016.

Interessada: **J MACEDO PEREIRA ME. – ADJEL SERVIÇOS.**

Ementa: Rescisão amigável do Contrato nº 14/2016 – J MACEDO PEREIRA ME. – ADJEL SERVIÇOS. Artigo 79, inciso II, e seu § 1º da Lei nº 8.666/1993 c/c Cláusula Segunda do Décimo Termo Aditivo ao CT nº 14/2016. **Consultoria Jurídica da Presidência.** Boa ordem da minuta. Prosseguimento do feito.

NOTA nº 306/2021-CJP

Cuidam os autos da prestação de serviços contínuos de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e *office-boy*, para atendimento de diversas unidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A contratação foi processada por meio do Pregão Eletrônico nº 12/2016, no qual se sagrou vencedora a empresa **J MACEDO PEREIRA ME. – ADJEL SERVIÇOS.**, tendo sido celebrado o Contrato nº 14/2016, peça 87.

Por meio do Décimo Termo Aditivo, o instrumento foi prorrogado, em caráter excepcional, até 31/05/2022, peça 594, com possibilidade de rescisão em prazo inferior, desde que houvesse comunicação prévia à interessada, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, conforme previsão da Cláusula Segunda do Termo.

Neste momento, analisam-se as medidas administrativas voltadas à rescisão contratual amigável, consoante solicitado pelo Despacho Selip¹, de peça 638.

¹ Despacho Selip de peça 638: “Considerando o término do novo procedimento licitatório para a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo (Pregão Eletrônico nº 15/2021 – Processo nº 00600-00003805/2021-70), solicito providências desse Serviço de Contratos, no sentido de instruir a rescisão contratual amigável do Contrato nº 14/2016 (Processo nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

O Serviço de Contratos, por meio do Despacho nº 171/2021 – SERCO, peça 643, sugere a rescisão do Contrato nº 14/2016, com esteio no inciso II, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, nos termos da minuta de rescisão de peça 642.

Ademais, por meio do Ofício nº 86/2021 – Serco, acostado aos autos à peça 639, a contratada foi comunicada acerca do interesse desta Corte de Contas em rescindir o ajuste a partir de 04/01/2022, tendo manifestado ciência expressa do marco final para a execução dos serviços à peça 640.

A documentação necessária à efetivação do ajuste foi acostada à peça 641.

Por fim, o Secretário-Geral de Administração, por meio do Despacho 398/2021 (AA), peça 649, encaminhou o feito a esta Consultoria Jurídica, para emissão do competente parecer sobre a minuta acostada à peça 642.

Feito o relatório, passa-se à análise da matéria.

Examina-se, na oportunidade, a rescisão amigável do Contrato nº 14/2016, a partir de 04/01/2022, tendo como tendo como marco final para a execução dos serviços a data de 3/1/2022.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente manifestação jurídica se circunscreve aos aspectos de legalidade, configurando-se em orientação jurídico-normativa, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade nem nos aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Ademais, o presente parecer é adstrito aos limites da consulta, de modo que não abarcará a legalidade dos atos já praticados, não significando, pois, ratificação de quaisquer das condutas anteriores.

5676/2016), tendo como o último dia de prestação de serviços referente a esse ajuste o dia 03/01/2022.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Extrai-se da leitura do artigo 79², inciso II e seu § 1º, que a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e precedida de autorização fundamentada da autoridade competente.

Por sua vez, a Cláusula Segunda do Décimo Termo Aditivo, prevê expressamente a possibilidade de rescisão, desde que ocorra comunicação prévia de 45 (quarenta e cinco) dias, *in verbis*:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente aditamento vigorará de 1º/06/2021 até 31/05/2022, podendo o contrato ser rescindido pelo CONTRATANTE a qualquer tempo, bastando, para tanto, comunicação prévia com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. Seu extrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do CONTRATANTE.

Sobre o tema, ensina Hely Lopes Meireles³, ensina que:

Rescisão amigável é a que se realiza por mútuo acordo das partes, convencionando-se a extinção do contato e o acerto dos direitos dos contratantes. Como todo distrato, deve ser feito pela forma utilizada no contrato: escritura pública, termo administrativo ou qualquer outro escrito correspondente ao ajuste original. Assim também a autoridade signatária do distrato deve ser a mesma ou ter a competência idêntica ou superior à de quem firmou o contrato, tudo dependendo das normas

² Lei nº 8.666/1993.

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

³ MEIRELES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 15. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010. P. 358).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

administrativas regedoras do ajuste inicial. O essencial é que na rescisão amigável se observem as exigências legais e regulamentares do distrato, que, em princípio, são as mesmas do contrato. Por essa razão, se o contrato dependeu de autorização legislativa ou de ordem superior, para a rescisão amigável será necessária idêntica autorização ou ordem, para que as partes se componham e firmem o distrato, nos limites da permissão legal ou hierárquica. A rescisão amigável opera efeitos a partir da data em que foi firmada (ex nunc), embora possam ser fixados direitos e obrigações das partes, para o acerto do distrato, com eficácia retroativa ou posterior, como por exemplo, a fluência de juros sobre débitos anteriores, o pagamento futuro de créditos e outras relações negociais decorrentes do contrato que e vai extinguir.

Nesse sentido, em razão da conclusão do novo procedimento licitatório para a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo (Pregão Eletrônico nº 15/2021 – Processo nº 00600-00003805/2021-70), com vigência a partir de 04/01/2022, necessária a rescisão contratual em análise, a qual foi comunicada à contratada na forma pactuada na Cláusula Segunda do Décimo Termo Aditivo ao CT nº 14/2016.

Como posto, a contratada manifestou ciência expressa à peça 640.

Ademais, foram acostadas aos autos, peça 641, Certidão Negativa de Débitos junto ao Governo do Distrito Federal, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Distribuição (Ações De Falências E Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, todas em plena validade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Ausente a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que deverá ser acostada aos autos no momento oportuno da assinatura do Termo.

Com relação à minuta do Termo de Rescisão ao Contrato nº 14/2016, acostada à peça 642, considera-se que reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual atestamos sua boa ordem, **sugerindo, apenas, alteração da data de vigor do Termo.**

Nesse sentido, a Cláusula Segunda do Termo de peça 642 consta a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

*2.1 O presente Termo entrará em vigor a contar da data de **4 de dezembro de 2021**, tendo como marco final para a execução dos serviços a data de 3/12/2021, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Tribunal.*

Entretanto, conforme Ofício nº 86/2021 – Serco, peça 639 e ciência da contratada, peça 640, **a rescisão do ajuste ocorrerá em 04/01/2022**, data em que estará vigente a nova contratação para o mesmo objeto, Contrato 20/2021 – Processo TCDF nº 3805/2021-70.

Dessarte, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, atesta a boa ordem jurídica da minuta de rescisão amigável ao Contrato nº 14/2016, acostada à peça 642, **com as alterações sugeridas**, e manifesta-se pela viabilidade jurídica do pleito, com amparo no artigo 79, inciso II e seu § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Segunda do Décimo Termo Aditivo ao CT nº 14/2016.

Por fim, registre-se, que o Termo de Rescisão Amigável ao Contrato nº 14/2016, deverá ser publicado o extrato da minuta na Imprensa Oficial (art. 61 da Lei nº 8.666/1993).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2021.

Amanda Pereira Caetano
Assessora Jurídica

De acordo.

Encaminhem-se os presentes autos à **SEGEDAM**, com a minuta de Rescisão Amigável do Contrato nº 14/2016, **devendo ser observadas as alterações sugeridas na Nota nº 306/2021 ora aprovada.**

CARLOS AUGUSTO L. LOPES
Consultor Jurídico